



## **ROMANIZAÇÃO, HISTORIOGRAFIA E TENSÕES SOCIAIS: O CATOLICISMO EM BOTUCATU-SP (1909- 1923)**

**Maurício de Aquino\***

**Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP (Campus  
Jacarezinho)**

[mauriaquino12@bol.com.br](mailto:mauriaquino12@bol.com.br)

**RESUMO:** O conceito de romanização foi bem aceito pelas ciências sociais e já se tornou clássico na análise do catolicismo no Brasil dos séculos XIX e XX. Com pelo menos meio século de utilização, esse conceito merece uma análise historiográfica, ainda que breve, na medida em que condiciona e orienta os olhares lançados para a história das relações entre Igreja Católica, Estado e Sociedade no Brasil. Sendo assim, pretende-se tratar neste trabalho das vertentes interpretativas da romanização a partir da análise histórica do estabelecimento da diocese de Botucatu, no Estado de São Paulo, entre 1908 e 1923, priorizando as estratégias de formação patrimonial e os conflitos decorrentes, pouco analisados na vertente interpretativa que concebe os bispos como sujeitos altamente burocráticos e/ou santos guerreiros da Instituição, e as tensões sociais, envolvendo protestantes, políticos locais em busca de afirmação e católicos não-romanizados, inerentes a esse processo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Historiografia e Romanização – Patrimônio Eclesiástico – Cultura Religiosa e Estado.

**ABSTRACT:** The concept of Romanization was well accepted by the social sciences and has become a classic in the analysis of Catholicism in Brazil in the nineteenth and twentieth centuries. With at least half a century of use, this concept deserves historical analysis, however brief, as it determines and guides the cast looks at the history of relations between the Catholic Church, State and Society in Brazil. Therefore, we intend to treat this work of interpretative aspects of the Romanization from the historical analysis of the establishment of the Church of Botucatu, Sao Paulo State, between 1908 and 1923, giving priority to training strategies and equity disputes arising out of, little analysis the present interpretation which sees the bishops as individuals highly bureaucratic and / or holy warriors of the institution and social tensions involving protesters, local politicians in search of affirmation and non-Catholics Romanized inherent in this process.

**KEYWORDS:** Historiography and Romanization – Ecclesiastical Heritage – Culture Religious and State.

---

\* Doutorando e professor Assistente do Centro de Ciências Humanas e da Educação da Universidade Estadual do Norte do Paraná, campus Jacarezinho. Mestre e doutorando em **História e Sociedade: religiões e visões de mundo** pela Faculdade de Ciências e Letras de Assis, campus UNESP.

Pretende-se analisar brevemente os significados atribuídos, sobretudo, na historiografia brasileira, ao conceito de romanização. Ele já faz parte do vocabulário dos cientistas sociais há pelo menos três décadas. Para alguns, entretanto, o seu uso é inadequado ou mesmo agressivo. O fato é que ao lado dos conceitos de ultramontanismo e de reforma católica, ele indica um período de profundas mudanças no catolicismo praticado no Brasil, principalmente, mas não só, em seu aspecto institucional. Apontaria para uma inserção da estrutura hierárquica da Igreja Católica do Brasil na estrutura burocrática da Santa Sé. Essa inflexão levaria a uma clericalização e sacramentalização das práticas religiosas do catolicismo no Brasil sem precedentes, em substituição ao caráter laico, festeiro, regalista e devocional do catolicismo praticado até esse movimento que teria se iniciado no século XIX, mas que se fortaleceu, de fato, a partir do fim do padroado, em 07 de janeiro de 1890.

Nos últimos anos, como veremos adiante, foram atribuídos novos sentidos ao conceito de romanização, extrapolando a esfera institucional, e entendendo-o como cultura religiosa ou índice de uma modernização conservadora. Questões eclipsadas ou pouco discutidas ganharam foco, novos sujeitos entraram em cena, e, desse modo, párocos do interior e disputas entre bispos passaram a freqüentar a agenda dos historiadores. Aqui nos deteremos em pensar a romanização no encontro de seus diferentes e complementares sentidos, focalizando questões relativas ao patrimônio eclesiástico em interface com a sociedade. Para entender essas questões, analisamos algumas fontes e a literatura pertinente a diocese de Botucatu.

## ROMANIZAÇÃO: HISTORIOGRAFIA E CONCEITOS

Há mais de três décadas o respeitado historiador José Oscar Beozzo afirmou: “Já se tornou clássico chamar-se de ‘romanização’ o processo a que foi submetida a Igreja do Brasil entre 1880 e 1920”.<sup>1</sup> De fato, esse é um conceito vencedor e estabelecido nas análises acerca das vicissitudes do catolicismo no Brasil, não obstante, algumas críticas ao seu uso por razões de inadequação, agressividade ou anacronismo<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> BEOZZO, José Oscar. Irmandades, Santuários, Capelinhas de Beira de Estrada. **Revista Eclesiástica Brasileira (REB)**, Petrópolis: Vozes, vol. 37, p. 745, dez 1977.

<sup>2</sup> Cf. VIEIRA, Dilermando Ramos. **O processo de reforma e reorganização da Igreja no Brasil (1844-1926)**. Aparecida: Santuário, 2007; SOUZA, Ney de. (Org.). **Catolicismo em São Paulo: 450 anos de presença da Igreja Católica em São Paulo**. São Paulo: Paulinas, 2004.

Por essa razão, o exame, ainda que breve, desse conceito pode contribuir no entendimento dos usos e das perspectivas, dos alcances e das limitações, das especificidades e dos significados relativos à romanização a partir de diferentes contextos e sujeitos, expressando os percursos de análise do catolicismo e os cuidados teórico-metodológicos que devem ser observados na pesquisa.

O termo romanização foi criado pelo padre e historiador “alemão” Johann Joseph Ignatz Von Döllinger (1799-1890). A obra em que usa o conceito em análise foi traduzida e prefaciada por Rui Barbosa sob o título de **O Papa e o Concílio**, em 1877. Von Döllinger, que publicou o livro em 1869 e foi excomungado em 1871, no bojo das deliberações do Vaticano I (1869-70), com o pseudônimo Janus, opunha-se ao processo de expansão do poder centralizador da Cúria Romana e do dogma da infalibilidade papal: eis aí, provavelmente, a razão para a tradução do livro da parte de Rui Barbosa que também desconfiava das novas articulações da Santa Sé. Por outro lado, mais tarde, Rui, que teve uma experiência em loja maçônica durante a juventude, afirmou ter traduzido o livro e escrito o prefácio a mando de Joaquim Saldanha Marinho (1816-1895), importante maçom baiano, sob a promessa de receber 50 contos de réis. Não recebeu o dinheiro e teve vários dissabores políticos por conta do livro e de outras manifestações anti-ultramontanas.<sup>3</sup> No que nos interessa aqui, urge salientar que o termo romanização surge, assim, em meio a um conflito envolvendo ultramontanos e “liberais”, para designar, na perspectiva dos “liberais”, o projeto ultramontano de “romanizar todas as igrejas”. Essa assertiva vai ao encontro de um princípio importante na análise dos conceitos, conforme ensina Reinhart Koselleck: “Todo conceito é não apenas efetivo enquanto fenômeno linguístico; ele é também imediatamente indicativo de algo que se situa para além da língua”.<sup>4</sup>

Voltando para nossas primeiras reflexões, vale lembrar que nos anos 1950 o conceito de romanização foi retomado por Roger Bastide e, mais tarde, na passagem dos

---

<sup>3</sup> VIEIRA, Dilermando Ramos. **O processo de reforma e reorganização da Igreja no Brasil (1844-1926)**. Aparecida: Santuário, 2007, p. 294-296; WERNET, Augustin. **A Igreja Paulista no século XIX: A Reforma de D. Antônio Joaquim de Melo (1851-1861)**. São Paulo: Ática, 1987, p. 180-182.

<sup>4</sup> KOSELLECK, Reinhart. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. Transcrição e tradução de Manoel Luís Salgado Guimarães. **Revistas Estudos Históricas**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, p. 136, 1992.

anos 1960 para os anos 1970, desenvolvido e difundido por Ralph Della Cava. Em **Milagre em Joazeiro**, Della Cava escreveu:

Para Bastide, o conceito de “romanização” (embora use a expressão “igreja romanizada”) consiste em: 1) a afirmação de uma autoridade de uma Igreja institucional e hierárquica (episcopal), estendendo-se sobre todas as variações populares do catolicismo *folk*; 2) o levante reformista, em meados do século XIX, por parte dos bispos, para controlar a doutrina, a fé, as instituições e a educação do clero e do laicato; 3) a dependência cada vez maior, por parte da Igreja brasileira, de padres estrangeiros (europeus) principalmente ordens e das congregações missionárias, para realizar “a transição do catolicismo tradicional e colonial ao catolicismo universalista, com absoluta rigidez doutrinária e moral”; 4) a busca destes objetivos, independentemente ou mesmo contra os interesses políticos locais. A essas dimensões do processo de “romanização”, importa acrescentar um quinto item: 5) a integração sistemática da Igreja brasileira, no plano quer institucional quer ideológico, nas estruturas altamente centralizadas da Igreja Católica Romana, dirigida de Roma.<sup>5</sup>

A retomada do conceito pelos brasilianistas protestantes Bastide e Della Cava pretendia indicar criticamente um novo tipo de imperialismo do Vaticano que resultou no fortalecimento institucional e social da Igreja Católica nos Estados Unidos. No Brasil esses estudos contrastaram com a historiografia eclesiástica produzida por membros de ordens religiosas, vigários e prelados com consistente material empírico, mas de cunho apologetico. De fato, por muito tempo, a Igreja Católica no Brasil foi abordada pela historiografia tradicional por meio das *histórias-pátria*, nas quais a Igreja, por conta da herança do Padroado, era considerada no universo das instituições e o interesse recaía em suas relações com o Estado e a presumida Identidade Nacional. Nos meios eclesiásticos a história universal da Igreja parecia contemplar integralmente os eurocêntricos objetivos da instituição. Pulularam polianteias e biografias apologeticas, mas raros foram os trabalhos históricos mais densos. Por essa razão, em 1955, monsenhor Paulo Florêncio da Silveira Camargo teve de redigir às pressas uma **História Eclesiástica do Brasil** para subsidiar os trabalhos do Congresso Eucarístico Internacional do Rio de Janeiro concomitante a I Conferência do Episcopado Latino-Americano (CELAM).

Foi só nos anos 1970, entretanto, que o conceito de romanização se estabeleceu. Esse período caracterizou-se pela aproximação da História da Igreja às

---

<sup>5</sup> DELLA CAVA, Ralph. **Milagre em Joazeiro**. Tradução de Maria Yedda Linhares. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, p. 43.

Ciências Sociais e à Teologia da Libertação. No Brasil, uma leitura conciliar e libertadora da História diante do assentamento de um governo ditatorial, levaram a uma revisão historiográfica expressiva com destaque para os trabalhos de Eduardo Hoornaert, Riolando Azzi, Pedro A. Ribeiro de Oliveira, Oscar F. Lustosa, Francisco Cartaxo Rolim, José Oscar Beozzo, entre outros. Uma história renovada, norteadas pela preocupação com uma interpretação a partir do povo, que mereceu a atenção de Peter Burke na introdução do livro **A Escrita da História** acerca das novas perspectivas historiográficas que despontavam nos anos 1980<sup>6</sup>.

Salientamos a produção dos membros do CEHILA por terem feito da romanização um conceito central de suas análises, mas urge mencionar que nos anos 1960 e 1970 sociólogos, como Cândido Procópio Ferreira de Camargo, e antropólogos, como Carlos Rodrigues Brandão, produziram obras referenciais para os estudos da religião no Brasil. Aliás, poderia arriscar em afirmar que no Brasil o desenvolvimento mais denso, em termos teóricos e metodológicos, desses estudos deu-se nos caminhos abertos pela sociologia da religião. Confirmaria essa tese a significativa presença de sociólogos (inclusive José Oscar Beozzo e Cândido Procópio Ferreira de Camargo) a tratar do catolicismo no Brasil nos volumes finais, dedicados ao período republicano, da coleção História Geral da Civilização Brasileira. E mais, no último volume da coleção História da Vida Privada no Brasil, salta aos olhos a análise, inspirada em Pierre Bourdieu, da socióloga Maria Lúcia Montes no capítulo **As figuras do sagrado: entre o público e o privado**.<sup>7</sup>

De todo modo, com a criação de centros de pesquisas em História da Igreja houve uma multiplicação das produções e dos simpósios sobre o tema. O conceito de romanização aparecia amiúde, nos anos 1970, ao lado de outro conceito incensado na época: catolicismo popular. O processo romanizador é analisado em correlação com os

---

<sup>6</sup> BURKE, Peter. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: BURKE, Peter. (Org.). **A Escrita da História: Novas Perspectivas**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 1992, p. 13. Ver também: COUTINHO, Sérgio R. Para uma história da Igreja no Brasil: Os 30 anos da CEHILA e sua contribuição historiográfica. In: SIEPIERSKI, Paulo D.; GIL, Benedito. (Orgs.). **Religião no Brasil**. São Paulo: Paulinas, 2003, p. 67-85.

<sup>7</sup> BEOZZO, José Oscar. A Igreja entre a Revolução de 1930, o Estado Novo e a Redemocratização. In: FAUSTO, Bóris. (Org.). **História Geral da Civilização Brasileira: Brasil Republicano, economia e cultura (1930-1964)**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p. 273-341, vol. 4; CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira de; PIERUCCI, Antônio Flávio de Oliveira; SOUZA, Beatriz Muniz de. Igreja Católica: 1945-1970. In: *Ibid.*, p. 345-380; MONTES, Maria Lúcia. As figuras do sagrado: entre o público e o privado. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz. (Org.). **História da Vida Privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo: Cia. das Letras, 1998, p. 63-171, vol. 4.

ataques ao catolicismo popular, entendido, na historiografia renovada do CEHILA e do CEPEHIB, como núcleo de fé original e de potência de transformação social. Uma “interpretação a partir dos pobres” a que se propuseram os membros do CEHILA, e os exames das relações entre Estado e Igreja levaram a percepção da implantação do catolicismo romanizado como movimento que favoreceu o capitalismo, a modernização e o domínio religioso e social das elites.

Por essa razão, para Pedro Ribeiro de Oliveira<sup>8</sup> o processo de romanização transformou a Igreja no sentido de adaptá-la como “aparelho de hegemonia” da burguesia agrária. Foi um processo correlato de unificação nacional e estruturação social com base no sistema agrário-exportador. Ainda segundo Oliveira, a principal estratégia desse movimento foi a destituição do poder do leigo, o que, em contrapartida, verdadeira resistência, teria gerado uma reapropriação dos símbolos difundidos pela igreja romanizada que consistiria em uma nova forma de catolicismo: o catolicismo privatizado. Já Hoornaert<sup>9</sup> e Beozzo<sup>10</sup> usaram a categoria “pacto colonial” para designar a estrutura histórica de dominação estrangeira do Brasil e os seus corolários para a evangelização e a libertação. Para eles, a romanização ocorreu no contexto do segundo pacto colonial correspondente a europeização do catolicismo brasileiro que estabeleceu uma nova repressão aos movimentos populares. Já Riolando Azzi<sup>11</sup> afirma que esse movimento ultramontano data dos anos 1840 quando a Igreja contribuiu para a pacificação e a legitimação do Golpe da Maioridade. Ele detalha esse processo apresentando, a partir das fontes, dois grandes períodos: o da reforma institucional ou reorganização eclesiástica e o da restauração católica, termos usados na época. Destaca, ainda, três linhas de orientação dessa reforma católica desde o século XIX: a tradicionalista, a tridentina e a ultramontana<sup>12</sup>.

Nos anos 1980, a aproximação entre romanização e autocompreensão do catolicismo, noção da “nova história da Igreja” de Poulat, Alberigo, Aubert e outros,

---

<sup>8</sup> OLIVEIRA, Pedro Ribeiro de. *Catolicismo Popular e Romanização do Catolicismo Brasileiro*. REB, Petrópolis: Vozes, vol. 36, p. 132, março 1976.

<sup>9</sup> HOORNAERT, Eduardo. Para uma História da Igreja no Brasil. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 33, fasc. 129, p. 119, março 1973.

<sup>10</sup> BEOZZO, José Oscar. Irmandades, Santuários, Capelinhas de Beira de Estrada. *Revista Eclesiástica Brasileira (REB)*, Petrópolis: Vozes, vol. 37, p. 742, dez 1977.

<sup>11</sup> AZZI, Riolando. O movimento brasileiro de reforma católica durante o século XIX. *REB*, Petrópolis: Vozes, vol. 34, p. 646-662, março 1974.

<sup>12</sup> *Ibid.*, p. 16-20.

ensejou uma nova perspectiva interpretativa representada pelo trabalho do historiador Augustin Wernet. A noção de auto-entendimento da Igreja tornou-se o princípio organizador das várias faces do catolicismo no Brasil, desde o tradicional até o ultramontano ou renovado. Em sua tese, ele se propôs analisar as transformações do catolicismo a partir das reformas implementadas por D. Antônio Joaquim de Melo<sup>13</sup>. E fez escola. Wernet orientou vários trabalhos sobre a romanização ou implantação do catolicismo ultramontano ou renovado em diferentes estados brasileiros ao longo das décadas em que atuou na Universidade de São Paulo contribuindo decisivamente para a consolidação acadêmica da história eclesiástica. Nesse período também foram produzidas novas histórias da Igreja a partir do uso da micro-análise de caráter antropológico. Os estudos de caso e a preocupação com os símbolos paulatinamente foram ganhando densidade no contexto de acolhida brasileira das novas experiências historiográficas em curso na Europa e nos Estados Unidos.

Nessa direção, os temas da feitiçaria, da hibridização cultural, das negociações simbólicas ganhavam lugar na escrita da história da Igreja Católica no Brasil propiciando novas leituras e desdobramentos analíticos. A análise do catolicismo ganhou ainda mais relevância quando pensado em interface com alguma esfera da vida social, como fez recentemente Kenneth Serbin, a partir de Azzi e de Thomas Bruneau, em **Padres, Celibato e Conflito Social**, ao entender a romanização no contexto da modernização conservadora da sociedade brasileira a partir do problema do celibato na Igreja Católica<sup>14</sup>. O eixo das relações entre Estado e Igreja, por conta mesmo do fim da ditadura militar no Brasil, perdeu o monopólio e deu vazão a outras possibilidades interpretativas, sobretudo em contato com as chamadas Nova História Cultural e Nova História Política.

Com efeito, no limiar do século XXI, resultado desse percurso historiográfico, apenas esboçado aqui, a romanização passa a ser entendida também fenômeno cultural, como produto e produtora de determinadas representações e práticas criadas historicamente. Essa abordagem é exemplificada pelos trabalhos de André Luiz Caes<sup>15</sup>,

---

<sup>13</sup> WERNET, Augustin. **A Igreja Paulista no século XIX: A Reforma de D. Antônio Joaquim de Melo (1851-1861)**. São Paulo: Ática, 1987, p. 2.

<sup>14</sup> SERBIN, Kenneth P. **Padres, Celibato e Conflito Social**. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Cia. das Letras, 2008, p. 78-81.

<sup>15</sup> CAES, André L. **As portas do inferno não prevalecerão**. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas, 2002.

sobre a espiritualidade ultramontana como estratégia política, e Pedro Rigolo Filho<sup>16</sup>, que aborda as motivações religiosas de D. Nery e a romanização como cultura religiosa.

Em artigo publicado no final de 2001, o historiador Jérri Roberto Marin propôs uma sistematização da história e da historiografia da romanização. Para Marin, a romanização aponta para a reeuropeização conservadora do catolicismo brasileiro ao centralizar a gestão do sagrado na Santa Sé e propor uma reforma em três áreas complementares e simultâneas: a da formação intelectual e espiritual do clero; a da disciplina eclesiástica; e, a da intensificação da pastoral junto aos fiéis para purificar a religiosidade popular<sup>17</sup>. Na sequência, Marin discorre sobre a existência de duas amplas vertentes historiográficas da romanização: de um lado, aqueles que a concebem de um modo linear e homogêneo, “reafirmando e privilegiando ao limite a idéia de que a ofensiva romanizadora teria sido coesa, a partir de uma ação política e pastoral uniforme do episcopado”; e, de outro, aqueles que entendem o movimento da romanização como um processo descontínuo e heterogêneo, afinal, “no Brasil, a romanização aconteceu de modo desigual”.<sup>18</sup>

De fato, na primeira vertente, percebemos a construção historiográfica da romanização como um processo avassalador, uniforme, que divulgou a imagem dos bispos romanizadores como sujeitos heróicos, empreendedores e santos. E isso, de um lado, para fazer uma história “cripto-apologética”, e, de outro, no caso dos “progressistas”, para agigantar a fisionomia do “inimigo” que impunha violentamente seus valores, destituindo o “Povo” de seus santos, de seus santuários, de suas práticas, enfim, de sua fé. Ainda nessa direção, urge considerar as reflexões de Antônio Lindvaldo Sousa. Para esse historiador, a romanização, atrelada aos conceitos de ultramontanismo e autocompreensão do catolicismo desenvolvidos por Augustin Wernet nos rastros de Weber, conduziria o pesquisador inevitavelmente a um caminho que ele já conhece de antemão: o bispo romanizador segue um protocolo institucional

---

<sup>16</sup> RIGOLO FILHO, Pedro. **A romanização como cultura religiosa**: as práticas sociais e religiosas de D. João Batista Corrêa Nery, bispo de Campinas, 1908-1920. Dissertação. (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, 2006.

<sup>17</sup> MARIN, Jérri Roberto. História e historiografia da romanização: reflexões provisórias. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis: EDUFSC, n. 30, p. 323-324, out 2001.

<sup>18</sup> Ibid., p. 324.

romano<sup>19</sup>. Basta encontrar na documentação oficial os indícios dessa afirmação. Com efeito, a ênfase nos padrões e sujeitos romanizadores tradicionais ocultaria, como Lindvaldo Sousa verificou em sua tese os conflitos e as contradições dos clérigos e de outros agentes envolvidos na implantação das práticas ultramontanas na sociedade brasileira. É preciso complicar o simples. Urge problematizar os grandes modelos, como fez a historiadora Mabel Salgado Pereira<sup>20</sup> na análise da romanização e da reforma ultramontana em Juiz de Fora, pretensa região de abrangência da ação romanizadora de D. Viçoso, célebre bispo reformador do século XIX, demonstrando que só a partir de 1890 é que se estabelece, com limites, o catolicismo romanizado na cidade.

Essas posturas teórico-metodológicas e os engajamentos políticos que as acompanham apontam para a riqueza, a complexidade e a relevância social e acadêmica da produção sobre a romanização do catolicismo brasileiro em suas mudanças e permanências, alterações e coexistência de perspectivas, como se percebe no recente livro **Faces do Catolicismo** organizado pelos professores da Universidade Federal de Santa Catarina, Rogério Luiz de Souza e Clarícia Otto, com textos inaugurais de Riolando Azzi e Ivan Aparecido Manoel, reconhecidos historiadores da Igreja Católica no Brasil.

Enfim, nesse artigo essas novas abordagens e possibilidades interpretativas são apropriadas procurando entender as práticas católicas em interface com a sociedade. A utilização do conceito de romanização considera suas trajetórias e posicionamentos anteriormente apresentados, e é assumido por conta desses mesmos elementos na medida em que carrega uma força semântica indicadora das tensões sociais, a partir da complexa cultura religiosa católica, fundamental para a reconstrução histórica do período.

### **CULTURA RELIGIOSA, PATRIMÔNIO ECLESIÁSTICO E TENSÕES SOCIAIS**

A historiografia sobre a romanização pouco tratou das estratégias, dos mecanismos, das dinâmicas, dos conflitos e tensões sociais inerentes ao processo de

---

<sup>19</sup> SOUSA, Antônio Lindvaldo. **Um Porta-Voz da Romanização do Catolicismo Brasileiro: Silêncios e Conflitos na Administração de D. José Thomaz na Diocese de Aracaju (Se) – 1911-1917**. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP/ Assis, 2005.

<sup>20</sup> PEREIRA, Mabel S. **Romanização e Reforma Católica Ultramontana da Igreja de Juiz de Fora**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro, 2002, p. 164.

manutenção e expansão do patrimônio eclesiástico católico nas décadas que sucederam o fim do padroado. Pelo exposto sobre a historiografia da romanização, é possível interpretar essa lacuna a partir do princípio de que tal análise não estaria na agenda de uma corrente apologética ou de política interna da Igreja, nos quadros da romanização ou ultramontanismo, na medida, outrossim, que preservavam os bispos de questões estreitamente mundanas, temporais e que poderiam repercutir nas relações sociais e eclesiais hodiernas. A historiografia renovada, mais preocupada com os conflitos de classes e as lutas ideológicas, também não se preocupou com essas questões, envolvida pelas tensas relações no interior do campo católico brasileiro dos anos 1970 e 1980.

Nos limites desta pesquisa, quero tratar de questões ligadas ao patrimônio eclesiástico no estado de São Paulo, mais especificamente, na diocese de Botucatu, da qual tenho analisado a documentação histórica nos últimos meses, nas primeiras décadas do século XX. Penso que tal análise, ao deslocar as perspectivas nos estudos da área, contribui para o maior entendimento das tensões sociais que envolvem sociedade e catolicismo nesse período. Quero explicitar também que os estudos realizados por Sérgio Miceli<sup>21</sup> e Isnard de Albuquerque Câmara Neto<sup>22</sup> são seminais para as reflexões que seguem. Esses autores, em tempos e com objetivos diferentes, foram os primeiros a apresentar análises consistentes dos aspectos patrimoniais das gestões diocesanas do período em estudo desde as perspectivas da sociologia e da história.

A diocese de Botucatu foi criada em 07 de junho de 1908, pela bula **Diocesium Nimiam Amplitudinem**, junto com as dioceses de Campinas, Ribeirão Preto, São Carlos e Taubaté. Por essa mesma bula a diocese de São Paulo foi elevada à condição de Arquidiocese, tendo por sufragâneas as novas dioceses paulistas e a diocese de Curitiba, no Paraná.

Esse movimento de crescimento institucional da Igreja a partir da criação de várias dioceses, no contexto da expansão cafeeira em São Paulo e no Paraná, ensejando o surgimento de novas cidades, dinamizou as relações sociais dessas regiões. Propiciaram também impasses e dilemas para a Igreja em seu processo de reorganização após o fim do padroado. Criar novas dioceses era uma necessidade e uma exigência para

---

<sup>21</sup> MICELI, Sérgio. **A elite eclesiástica brasileira**. São Paulo: Cia. das Letras, 2009.

<sup>22</sup> CÂMARA NETO, Isnard de Albuquerque. **A ação romanizadora e a luta pelo cofre: D. Epaminondas, primeiro bispo de Taubaté (1909-1935)**. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2006.

se fazer presente na sociedade brasileira em modernização. Todavia, agora sem os subsídios regulares do Estado, os problemas financeiros se agigantavam impedindo o pleno desenvolvimento dos projetos eclesiais. A Igreja sabia que a autonomia necessária para levar adiante os seus projetos e diretrizes passava pela autonomia financeira, econômica.

A criação de uma nova diocese já implicava em movimentações da comissão pró-diocese para levantar o montante exigido por Roma, na época, entre cem e cento e cinquenta contos de réis, além de prédios para a futura catedral e o palácio episcopal. Essas comissões geralmente eram presididas pelo pároco da futura catedral ou cidade candidata a sediar a nova circunscrição eclesiástica<sup>23</sup>. O pároco geralmente convidava as pessoas mais poderosas, política e economicamente, para compor a comissão, antecipando assim possíveis doações e articulações políticas. Para os líderes locais ou para os que pretendiam ascender a tal condição, a participação nessas comissões e o desfecho favorável poderiam resultar em maior prestígio e legitimação social. Há casos, como o da criação da diocese de Ribeirão Preto, analisado pela historiadora Nainôra M. B. Freitas, que apresentaram conflitos entre municípios para sediar a nova diocese: Ribeirão Preto disputou com Batatais. A primeira saiu vitoriosa por conta de seu crescimento exponencial e da preocupação que causava a hierarquia eclesiástica brasileira no que tange ao avanço do protestantismo e do anti-catolicismo. O interessante é que os coronéis da região ribeirão pretana, Quinzinho Junqueira e Francisco Schimidt, se alinharam por um tempo às duas comissões pró-diocese. Independentemente da cidade escolhida, os dividendos políticos estariam garantidos<sup>24</sup>.

Não é correto, entretanto, pensar que a população local aceitasse assim de bom grado, e, sem reservas, a transformação de sua cidade e região em nova jurisdição eclesiástica. Se, por um lado, os donos do poder regionais apreciavam a ideia de aumentar o seu prestígio social e ter próximo de si mais uma autoridade, como o bispo, por outro, eles desconfiavam da presença de mais um elemento nos jogos políticos

---

<sup>23</sup> MANOEL, Ivan A. A criação de paróquias e dioceses no Brasil no contexto das reformas ultramontanas e da Ação Católica. In: SOUZA, Rogério L.; OTTO, Clarícia. (Orgs.). **Faces do catolicismo**. Florianópolis: Insular, 2008, p. 58.

<sup>24</sup> FREITAS, Nainôra M. B. de. **A criação da diocese de Ribeirão Preto e o governo de seu primeiro bispo: D. Alberto José Gonçalves**. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP, Franca, 2006, p. 17-25.

locais, sobretudo, das doações que resultariam no aumento do patrimônio eclesiástico da Igreja. De fato, seria também mais um proprietário. Em Botucatu, os grupos anti-católicos e presbiterianos procuraram deter a criação da nova diocese na cidade. O líder da comissão pró-diocese, padre Ferrari, foi hostilizado por esses grupos e outros de católicos, talvez descontentes com o seu posicionamento ultramontano, chegando a mudar-se para São Paulo durante um tempo. A entrada de imigrantes italianos católicos na região na virada do século XIX para o XX motivou-o a retornar e a encabeçar o movimento local de criação de diocese. No dossiê preparado por padre Ferrari, as fotos foram produzidas de modo que causassem um impacto positivo em D. Duarte e D. Arcoverde – avaliadores brasileiros dos projetos. Contando na comissão com os coronéis Antônio Cardoso do Amaral e Amando de Barros, a comissão pró-diocese de Botucatu conseguiu cerca de cem contos de réis, em casas de aluguel, terrenos e terras com pés de café e de algodão. Só trinta contos eram em dinheiro<sup>25</sup>.

Já com a presença do bispo de Botucatu, o mineiro D. Lúcio Antunes de Sousa, que se decepcionou e ficou muito preocupado com as precárias condições materiais de sua diocese, ainda que com um bom patrimônio imobiliário, novos embates vieram à tona. D. Lúcio e D. Epaminondas, outro mineiro, bispo de Taubaté, questionaram a seriedade e a imparcialidade da divisão territorial e da administração de suas dioceses antes de tomarem posse. O conflito com Botucatu parece ter durado pouco, ainda que necessite de maiores investigações, e, o de Taubaté arrastou-se por anos, ao lado de outro litígio chamado de “legado Wanderley”, gerando um profundo mal-estar na gestão de D. Duarte Leopoldo Silva, arcebispo de São Paulo<sup>26</sup>.

De fato, esse novo cenário social e eclesial, com um número maior de bispos brasileiros, submetidos apenas ao Papa, engendrou inúmeros conflitos e tensões episcopais. D. Joaquim Arcoverde, o brasileiro agraciado com o primeiro título cardinalício da América Latina, procurava superar essa falta de unidade, por conta de divergências ideológicas, mas também pela dificuldade de comunicação, mantendo

---

<sup>25</sup> ALMEIDA, Luiz Castanho de. **Dom Lúcio**. São Paulo: Editora Odeon, 1938. DELMANTO, Armando M. **Memórias de Botucatu**. Botucatu: Santana, 2000; DONATO, Hernani. **Achegas para a história de Botucatu**. 3.ed. Botucatu: Prefeitura Municipal, 1985; FIGUEIROA, José Carlos. et al. **Botucatu: História de uma cidade**. Botucatu: A Gazeta/Igral Editora, 2004.

<sup>26</sup> CÂMARA NETO, Isnard de Albuquerque. **A ação romanizadora e a luta pelo cofre: D. Epaminondas, primeiro bispo de Taubaté (1909-1935)**. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2006, p. 313-317.

consigo um papel com a assinatura de vários bispos, para o caso de precisar tomar alguma atitude urgente na capital do Brasil da época, isto é, no Rio de Janeiro. Foi só com a criação da CNBB, em 1952, que se iniciou um movimento de organização interna do episcopado brasileiro, algo nem sempre visto com bons olhos pela Santa Sé.

A estratégia de obter mais dinheiro para a diocese através do controle de santuários não foi abandonada pelos bispos mineiros dessas dioceses paulistas. Em Taubaté, foi criado o primeiro santuário de Santa Terezinha no Brasil. Na diocese de Botucatu, o interesse da Igreja voltava-se, pelas razões já mencionadas, para o tradicional santuário de Bom Jesus de Iguape, no litoral sul paulista, onde foi travada uma disputa pelo controle daquele espaço sagrado. De fato, alguns meses depois de sua posse, D. Lúcio escreveu, em carta de 22 de maio de 1909 consultada no Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo, a D. Duarte: “desejo por em ordem as cousas do Santuário de Iguape”. O primeiro bispo de Botucatu continua a missiva afirmando que remeteu os donativos locais para o banco em São Paulo, mas que recebeu muitas reclamações dos membros das irmandades ao colocar o vigário local a frente de tudo. Novas estratégias e novas tensões sociais.

Em Botucatu, D. Lúcio, com o auxílio de letrados locais e de congregações religiosas femininas e masculinas, criou uma rede de escolas que visava, por um lado, educar as pessoas na doutrina da Igreja, e, por outro, criar uma instituição que oferecesse recursos materiais regulares às congregações e às obras diocesanas. Por isso, D. Lúcio, como outros bispos, tiveram a sensibilidade de perceber um mercado em expansão na época, o da educação, e o de lançar empreendimentos nessa área com o intuito de cumprir as exigências doutrinárias ultramontanas, e, em termos mais práticos, sustentar as pessoas e os projetos da diocese. Por essa razão, D. Lúcio e outros bispos no Brasil, como D. Fernando Taddei em Jacarezinho entre 1927 e 1940, enfatizaram em suas agendas de realizações episcopais, mencionadas por Sérgio Miceli, a construção de escolas e seminários, e, depois, na de novos palácios episcopais e novas catedrais. Havia uma lógica prática nessa situação. Era preciso, primeiramente, criar uma estrutura que oferecesse sustentação econômica a diocese, e, assim, depois, poder-se-ia encaminhar outras obras. Os desastres que levaram a falência econômica das dioceses de Goiás e de

Niterói, na passagem do século XIX para o século XX, assombravam as novas dioceses e os seus gestores<sup>27</sup>.

Essa rede escolar católica trazia compensações econômicas e viabilizava, como nenhuma outra estratégia, o projeto de recatolização da sociedade. Não era uma escola voltada apenas para os ricos, afinal, havia bolsistas pobres, Juscelino Kubitschek fora um deles em Minas Gerais, mas, como mecanismo de sustentação econômica da diocese e da congregação religiosa, era fundamental o pagamento das mensalidades escolares. O que só os ricos poderiam fazer. A educação, com efeito, mediou, por vezes, o embate da Igreja com os grupos sociais que assumiam a modernidade. Mediação que indica a ambígua recepção da modernidade no país. A elite que combatia a intervenção da Igreja na ordem política financiava a mencionada rede escolar católica, matriculando seus filhos e filhas em colégios de “europeus”, padres, freiras e professores italianos, franceses, belgas etc., no espírito da *Belle Époque*, e, desprezava a criação de escolas públicas. O historiador Ivan Aparecido Manoel considera que



[...] se a Igreja ia buscar apoio financeiro e político junto à oligarquia, a oligarquia lhe amparou decididamente porque sabia que o seu projeto educacional, e mesmo o conjunto da política ultramontana, lhe era duplamente favorável: primeiro, porque lhe reservava a função de dirigente da sociedade, cabendo-lhe, assim, a produção das idéias norteadoras do conjunto social. Segundo, porque o discurso antimoderno do catolicismo ultramontano tanto lhe garantia a execução de um projeto educacional não comprometedor e uma doutrinação de passividade, quanto, de fato, não obstava os necessários avanços e modernizações no âmbito das forças produtivas<sup>28</sup>.

Em Botucatu, D. Lúcio envidou esforços também na expansão das fazendas diocesanas, que produziam café, como na de Bernardino de Campos, e, vinho, na região de Botucatu. Além disso, D. Lúcio mantinha investimentos na bolsa de valores de São Paulo. Utilizava-se das visitas pastorais para, entre outras coisas, angariar dinheiro para o seminário e outras obras da diocese. O biógrafo de D. Lúcio, o padre Luiz Castanho de Almeida (1938, p. 31), escreveu que D. Lúcio obteve junto a Santa Sé os títulos de Barão do Amaral e de Conde de Serra Negra para os fazendeiros Francisco do Amaral e Manuel da Conceição que muito auxiliavam financeiramente as obras diocesanas. A

<sup>27</sup> AZZI, Riolando. Presença da Igreja na sociedade brasileira e formação das dioceses no período republicano. In: SOUZA, Rogério L.; OTTO, Clarícia. (Orgs.). **Faces do catolicismo**. Florianópolis: Insular, 2008, p. 31.

<sup>28</sup> MANOEL, Ivan A. **Igreja e educação feminina (1859-1919)**. São Paulo: Unesp, 1996, p. 102.

tradicional prática de venda de títulos nobiliárquicos continua em uma nova modalidade nas primeiras décadas do século XX.

O demasiado zelo do primeiro bispo de Botucatu com as contas da diocese, e, sobretudo, os desentendimentos com D. Duarte Leopoldo e Silva, por razões patrimoniais (a venda de um prédio da mitra de Botucatu antes da chegada de D. Lúcio) propiciaram uma polêmica sobre a sua índole “materialista”, ainda em vida, conforme se percebe na biografia escrita por Luiz Castanho de Almeida. Para os historiadores, essas e outras polêmicas correlatas indicam a existência de tensões sociais que podem ser esclarecidas através da análise das questões patrimoniais enfrentadas pelas dioceses no início do século passado. Questões eclipsadas por uma historiografia apologética da Igreja Católica desse período que não queria conspurcar-se com assuntos mundanos, materiais; mas, eclipsada, também, pela vertente historiográfica “libertadora”, que pintou os bispos como burocratas de sacramentos, e, deu pouca atenção aos problemas inerentes ao patrimônio eclesiástico.

A análise apresentada neste texto procurou problematizar a história e a historiografia do conceito de romanização, através da retomada crítica de seus usos, sobretudo, no Brasil, e também por meio de um exercício de análise das questões patrimoniais enfrentadas pelos bispos da primeira metade do século XX, em especial, por conta da documentação examinada, do episcopado de D. Lúcio Antunes de Sousa, em Botucatu, no período de sua gestão, entre 1908 e 1923, durante o qual foram estabelecidos os meios e os mecanismos de sustentação econômica da diocese.

O exame realizado não contempla, de maneira alguma, todos os aspectos históricos relativos ao patrimônio eclesiástico e seus impactos sociais no Brasil. Seria preciso um trabalho de maior densidade para dar conta, por exemplo, da relação entre patrimônio eclesiástico e latifúndio, ou ainda, sobre a formação de certos municípios a partir de terras da Igreja Católica, sem mencionar, obviamente, toda a discussão acerca das relações entre catolicismo e Questão Agrária no Brasil. Há muita pesquisa a ser feita.